JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.03.20 06:34:46 -03'00'

SUDESTE S.A.

CNPJ: 02.062.747/0001-08

Relatório da Administração - Em 31 de Dezembro de 2022 - Cumpre-nos informar que a Companhia neste exercício não adquiriu investimentos ou participações em coligadas ou controladas, assim como não realizou e/ou promoveu nenhuma mudança administrativa. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste trimestre poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. Colocamo-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente -** Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – BKR - Lopes, Machado Auditores, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a SUDESTE S.A. Rio de Janeiro, 01 de março de 2023. **Sudeste S.A.**

Balanço Patrimonial - Em 31/12/2022 e 2021 *(Em reais)*

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	125.799	120.810
Tributos a recuperar	5	3.356	2.684
Total do Ativo Circulante		129.155	123.494
Total do Ativo		**129.155**	**123.494**
Passivo e Patrimônio Líquido	**Nota**	**2022**	**2021**
Circulante:			
Impostos e contribuições a recolher		230	198
Total do Passivo Circulante		230	198
Patrimônio Líquido:	7		
Capital social		4.389.000	4.269.000
Prejuízos acumulados		(4.260.075)	(4.145.704)
Total do Patrimônio Líquido		128.925	123.296
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**129.155**	**123.494**

Demonstração do Resultado
Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em reais)*

Despesas operacionais	Nota	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	9	(96.341)	(95.723)
Despesas de serviços do sistema financeiro		(15.294)	(12.967)
Despesas tributárias		(17.767)	(22.076)
Resultado antes do resultado financeiro		**(129.402)**	**(130.766)**
Resultado financeiro			
Resultado financeiro líquido	10	15.031	5.871
Prejuízo do exercício		**(114.371)**	**(124.895)**
Prejuízo básico e diluído por ação - (Em R$)		**(0,00004)**	**(0,00005)**
Quantidade média ponderada de ações		2.153.668	783.533.122

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em reais)*

	2022	2021
Prejuízo do exercício	**(114.371)**	**(124.895)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(114.371)**	**(124.895)**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em reais)*

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2021		**4.099.000**	**(4.020.809)**	**78.191**
Aumento de capital				
- AGE 30.04.2021	7 a	170.000	-	170.000
Prejuízo do exercício		-	(124.895)	(124.895)
Saldos em 31/12/2021		**4.269.000**	**(4.145.704)**	**123.296**
Aumento de capital				
- AGE 29.04.2022	7 a	120.000	-	120.000
Prejuízo do exercício		-	(114.371)	(114.371)
Saldos em 31/12/2022		**4.389.000**	**(4.260.075)**	**128.925**

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em reais)*

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2022	2021
Prejuízo do exercício	(114.371)	(124.895)
Atualização monetária	(63)	(63)
Prejuízo do exercício ajustado	**(114.434)**	**(124.958)**
Aumento de ativos:		
Tributos a recuperar	(609)	351
Redução (aumento) de passivos:		
Impostos e contribuições a recolher	32	43
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(115.011)**	**(124.564)**
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	120.000	170.000
Recursos provenientes das atividades de financiamento	**120.000**	**170.000**
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**4.989**	**45.436**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	120.810	75.374
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	125.799	120.810
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	**4.989**	**45.436**

Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios Findos em 31/12/2022 e 2021 *(Em reais)*

Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos correspondentes)	2022	2021
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(111.635)	(108.690)
Valor adicionado bruto	**(111.635)**	**(108.690)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	15.031	5.871
Valor adicionado total a distribuir	**(96.604)**	**(102.819)**
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	17.767	22.076
Prejuízo incorporado	(114.371)	(124.895)
Valor adicionado distribuído	**(96.604)**	**(102.819)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31/12/2022 e 2021 *(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional: A Sudeste S.A. ("Companhia"), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, participação em empreendimentos imobiliários, participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos. Até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais, apresenta prejuízos acumulados e vem apresentando prejuízo recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis - a) Declaração de conformidade -** As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade. As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A emissão das Demonstrações Contábeis foi aprovada pela administração em 01 de março de 2023. **b) Base de mensuração -** As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e de apresentação -** As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **d) Uso de estimativas e julgamentos -** A elaboração das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021. **e) Coronavírus (COVID 19 -** Em observância ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2020, a Administração da Companhia ressalta que vem acompanhando as notícias sobre os impactos econômicos provindos da pandemia do Coronavírus (COVID-19). A administração até o momento não identificou alterações no uso de julgamento ou alterações na elaboração de estimativas praticadas e divulgadas nas notas explicativas. **2.2 Pronunciamentos emitidos -** Não houve alterações significativas, para essas Demonstrações Contábeis, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis em relação aos divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021. **3 - Principais Práticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **a) Apuração do resultado -** O resultado é apurado pelo regime de competência. **b) Instrumentos financeiros -** ***(i) Ativos financeiros não derivativos -*** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Caixa e equivalentes de caixa -*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos -*** Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. ***(iii) Instrumentos financeiros derivativos -*** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. ***(iv) Hierarquia de valor justo -*** A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valo justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo: Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração. Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis. **c) Tributos a recuperar -** São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. **d) Passivo circulante -** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. **e) Imposto de renda e contribuição social -** São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R$240 mil/ano ou R$20 mil/mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. **f) Resultado básico e diluído por ação -** O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período. **g) Demonstração do valor adicionado -** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis à companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis. **h) Demonstração dos Fluxos de Caixa -** As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e Equivalentes de Caixa	2022	2021
Depósitos bancários	452	5
Aplicações financeiras (a)	125.347	125.805
	125.799	**120.810**

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2022 a remuneração média foi de 100,89% do CDI (101,97% em 31 de dezembro de 2021). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

			2022		2021	
Fundo	Nível	Administrador	Quant. de Cotas	Valor	Quant. de Cotas	Valor
Itaú Top DI FICFI Ref.	1	Itaú	**21.576,22**	**125.347**	**23.544,18**	**120.805**

5 - Tributos a Recuperar	2022	2021
IRPJ 2018	-	596
IRPJ 2019	-	574
IRPJ 2020	-	670
IRPJ 2021	844	844
IRRF 2022	2.512	-
	3.356	**2.684**

6 - Contingências não Provisionadas: Os processos com chance de perda ou ganho avaliados como possível pelos assessores jurídicos e Administração estão descritos a seguir: **a) Ativas -** Em junho de 2019 a Companhia ingressou com uma ação contra o Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro ("CRA/RJ"), pleiteando a declaração de inexigibilidade do registro da Companhia perante a Autarquia, o cancelamento do referido registro e devolução das anuidades pagas. Esta ação transitou em julgado em outubro de 2021, tendo como resultado o deferimento dos pedidos da Companhia, em especial, a devolução das anuidades pagas desde o ano de 2015 no valor total de R$3.408,06. **b) Passivas -** Em maio de 2022 o CRA/RJ ingressou com uma ação rescisória a fim de impugnar a decisão obtida no âmbito da ação original descrita acima, alegando que somente são passíveis de restituição as anuidades pagas relativas ao período após a propositura da ação original ou a partir do pedido de cancelamento do registro na esfera administrativa. Desta forma, não há contingências a serem registradas no âmbito das ações, considerando que o resultado da Ação Rescisória somente terá o condão de manter ou reduzir o valor a ser restituído pela Companhia no âmbito da ação original descrita acima. **7 - Patrimônio Líquido: a) Capital Social -** O capital social está representado por 2.967.087.415 (1.092.087.415 ações em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R$2.000.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2022, foi homologado o aumento de capital da Companhia em R$120.000 (cento e vinte mil reais) e a emissão de 1.875.000.000 (um bilhão, oitocentos e setenta e cinco milhões) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. **b) Dividendos -** Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. A Companhia apresentou prejuízo no exercício de 2022, portanto, não houve distribuição de dividendos. **c) Prejuízo básico e diluído por ação -** Conforme requerido pela CPC 41 (Resultado por ação), foram reconciliados o Lucro/prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	Prejuízo do exercício	Quantidade de ações	Resultado por ação
31/12/2022	(114.371)	2.355.786.045	(0,00005)
31/12/2021	(124.895)	783.533.122	(0,00099)

8 - Partes Relacionadas: A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada durante o período findo em 31 de dezembro de 2022. **9 - Despesas Administrativas:** O saldo está representado, substancialmente, pelo montante de R$47.571 (R$43.316 em 31 de dezembro de 2021), referente as despesas com a anuidade da BM&F Bovespa, R$30.548 (R$28.268 em 31 de dezembro de 2021) de despesas com serviços de auditoria externa, R$287 de despesas com comunicações gerais (R$292 em 31 de dezembro de 2021), R$17.934 (R$23.847 em 31 de dezembro de 2021) de despesas com publicações societárias, e R$ 15.294 (R$12.967 em 31 de dezembro de 2021) com despesas de serviço do sistema financeiro.

10 - Resultado Financeiro	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	14.803	5.808
Variações monetárias	228	63
Resultado financeiro, líquido	**15.031**	**5.871**

11 - Estrutura do Gerenciamento de Risco: A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. ***Riscos de crédito -*** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instrumentos financeiros de primeira linha, consideradas de baixo risco. ***Risco de liquidez -*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. ***Risco de juros e taxas de câmbio -*** A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. ***Riscos Fiscais -*** As declarações de IRPJ apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição. ***Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros -*** O CPC 40 (IFRS 7) estabelece que a entidade, deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumento financeiro. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2022:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	12,25%	9,19%	6,13%
Aplicações financeiras R$125.347 em 31 de dezembro de 2022 (Nota nº 4)	-	15.355	11.516	7.677

12 - Cobertura de Seguros (não auditado): Não foi contratado nenhum tipo de seguro.

DIRETORIA
Diogo Alexandre de Melo Bahia — Norberto Aguiar Tomaz
Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ 087065/O-8

Relatório Dos Auditores Independentes Sobre As Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Sudeste S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da Sudeste S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sudeste S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria -** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA -** Conforme descrito na nota explicativa n°4, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no montante de R$125 mil. Essas cotas de fundos de investimentos são precificadas pelo administrador do fundo de acordo com a política de remuneração estabelecida no regulamento do fundo e registradas ao seu valor justo por meio do resultado. Consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como o principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria -** Realizamos o recálculo dos rendimentos auferidos sobre o respectivo ativo financeiro, bem como a verificação da existência dessas cotas pelo recebimento da confirmação independente junto à instituição financeira administradora do fundo de investimento. Também realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas nº 3 (b) e nº 4. Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as contas de fundos de investimento, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos -** ***Demonstração do valor adicionado -*** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. ***Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior -*** As demonstrações contábeis da Sudeste S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, cujo relatório datado de 18 de fevereiro de 2022, foi emitido com parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional, sem opinião modificada. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2023.

BKR - Lopes, Machado Auditores - CRC-RJ-2026/O-5
Independent Member of - BKR International

Mário Vieira Lopes — Contador - CRC-RJ - 060.611/O-0
Marcio Alves Gonçalves Marçal — Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8